



ACÓRDÃO Nº 524/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1543/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Gabinete do Vice-Prefeito do Município de Manaus.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsáveis:** Sr. José Roniery Trindade Miranda - Ordenador de Despesa e Sr. Hissa Nagib Abrahão Filho - Gestor.
- 6- **Advogado:** Sr. Miquéias Matias Fernandes, OAB/AM nº 1516.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4893/2015–MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 233/234).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Gabinete do Vice-Prefeito do Município de Manaus. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Determinação. Comunicação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do Gabinete do Vice-Prefeito do Município de Manaus, exercício de 2014, de responsabilidade do Ordenador de Despesas **Sr. José Roniery Trindade Miranda** e do Gestor **Sr. Hissa Nagib Abrahão Filho**, nos termos do art. 71, II, da CF/1988, art. 40, II, da CE/1989, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III da Lei Estadual nº 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 11, III e 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno TCE/AM);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. José Roniery Trindade Miranda** no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com base no art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado -



ACÓRDÃO Nº 524/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

SEFAZ pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal. Expirado o prazo, autorize desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. As referidas impropriedades são as seguintes:

- 10.2.1.** Divergência no registro de Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro, em comparação com lista de restos a pagar informada pelo próprio órgão na sua prestação de contas, em desatenção ao art. 103 da Lei nº 4320/1964;
- 10.2.2.** Pagamento de multas e juros sobre o recolhimento de contribuição do INSS referente aos meses de março, abril e junho de 2014, totalizando o valor de R\$ 706,64, caracterizando um dispêndio não previsto no art. 4º c/c art. 12 da Lei Complementar n. 101/2000, agravado por ser irregularidade reincidente já registrado nos autos do processo 1598/2014;
- 10.2.3.** Inscrição de R\$ 50.924,98 em restos a pagar quando a disponibilidade financeira era de R\$ 1.093,16, conforme balanço financeiro, o que caracteriza o descumprimento do art.42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, também irregularidade reincidente já registrado nos autos do processo 1598/2014.
- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Hissa Nagib Abrahão Filho** no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com base no art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal. Expirado o prazo, autorize desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. As referidas impropriedades são as



ACÓRDÃO Nº 524/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

seguintes:

10.3.1. Divergência no registro de Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro, em comparação com lista de Restos a Pagar informada pelo próprio órgão na sua prestação de contas, em desatenção ao art. 103 da Lei nº 4320/1964;

10.3.2. Pagamento de multas e juros sobre o recolhimento de contribuição do INSS referente aos meses de março, abril e junho de 2014, totalizando o valor de R\$ 706,64, caracterizando um dispêndio não previsto no art. 4º c/c art. 12 da Lei Complementar n. 101/2000, agravado por ser irregularidade reincidente já registrado nos autos do processo nº 1598/2014;

10.3.3. Inscrição de R\$ 50.924,98 em restos a pagar quando a disponibilidade financeira era de R\$ 1.093,16, conforme balanço financeiro, o que caracteriza o descumprimento do art.42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, também irregularidade reincidente já registrado nos autos do processo nº 1598/2014;

10.4. Determinar ao Gabinete do Vice-prefeito do Município de Manaus a observância dos seguintes dispositivos:

10.4.1.1. Quitação das pendências junto ao INSS, referentes ao exercício de 2013;

10.4.1.2. Quitação dos Restos a Pagar inscritos como Folha de Pagamento;

10.4.1.3. Adequação do registro de Restos a Pagar Processados e Não Processados no Balanço Financeiro;

10.4.1.4. Regularizar junto à SEMEF o saldo do Recurso de Adiantamento concedido ao servidor Rosinaldo de Souza dos Santos, já detectado no exercício de



ACÓRDÃO Nº 524/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

2013 e cuja pendência permaneceu até o encerramento do exercício de 2014, no valor de **R\$ 1.200,94** (um mil e duzentos reais e noventa e quatro centavos);

10.5. Comunicar a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas - TRE/AM, nos termos do art. 1º, I, "g", da Lei Complementar n.º 64/1990.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues, dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral